

Lógica mafiosa das guerras tarifárias de Trump

Por Anne Krueger

Valor, 08/06/2026

EUA mostram-se cada vez mais dispostos a usar seu poder econômico para extrair recursos de países mais fracos

Em seu segundo mandato, o presidente Donald Trump transformou a extorsão e a coerção em elementos centrais da atuação dos Estados Unidos no cenário internacional, recorrendo a tarifas, sanções e outras formas de pressão econômica contra adversários e aliados indistintamente. A cada dia que passa, tornam-se mais evidentes os danos causados por essa abordagem de inspiração mafiosa, tanto para a economia americana quanto para a economia mundial.

Pouco depois de voltar à Casa Branca, Trump deixou claro que via as tarifas como armas, e não como instrumentos de política comercial. Em abril de 2025, ele anunciou suas tarifas do “Dia da Libertação”, impondo pesadas sobretaxas específicas a produtos importados de determinados países. O objetivo declarado era reduzir o déficit comercial dos EUA, embora as alíquotas tivessem pouca relação com a realidade econômica. Em vez disso, elas foram concebidas para arrancar concessões: os países dispostos a reduzir suas próprias barreiras comerciais, prometia o governo, seriam compensados com tarifas americanas mais baixas.

Na prática, porém, essas medidas criaram enorme incerteza, prejudicando exportadores e importadores. O comportamento errático de Trump agravou o problema, já que as tarifas alfandegárias eram repetidamente anunciadas, suspensas, restabelecidas e aumentadas com pouco aviso prévio e sem nenhuma justificativa coerente.

A confusão aumentou à medida que os tribunais começaram a reagir. Em fevereiro, a Suprema Corte dos EUA decidiu que Trump havia excedido a autoridade tarifária conferida pela Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional de 1977. No início de maio, o Tribunal de Comércio Internacional seguiu a mesma linha, anulando uma tentativa de impor uma tarifa geral de 10% sobre as importações provenientes de praticamente todos os países, com base na Seção 122 da Lei de Comércio de 1974.

Previsivelmente, o governo Trump recorreu da decisão e declarou que buscará outras formas de manter as tarifas em vigor. Ele já lançou procedimentos contra 16 países acusados de adotar práticas comerciais desleais. Mas, com a Suprema Corte demonstrando um crescente ceticismo em relação às tentativas de Trump de governar por decreto, ele poderá ter dificuldades para impor o amplo regime tarifário que há muito tempo ambiciona.

Ainda assim, Trump conseguiu transformar as tarifas em uma espécie de extorsão, usando as negociações comerciais para pressionar parceiros econômicos - entre eles Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Arábia Saudita e a União Europeia - a despejar somas gigantescas na economia americana.

Os acordos com Japão e Coreia do Sul ilustram a natureza da diplomacia tarifária de Trump. Seu governo mirou os dois países ao impor uma tarifa de 25% sobre suas exportações de automóveis - um pilar de suas economias. Posteriormente, a tarifa japonesa foi elevada para 27,5% e então reduzida para 15% depois que o Japão concordou em importar mais produtos agrícolas americanos, incluindo arroz, e se comprometer a investir US\$ 550 bilhões para

“reconstruir e expandir setores centrais da indústria americana” como os de semicondutores, produtos farmacêuticos e construção naval.

Como um mafioso experiente, Trump procurou colocar um país contra o outro, usando o acordo com o Japão para pressionar a Coreia do Sul a investir US\$ 350 bilhões nos EUA em troca da redução da sua tarifa para 15%. Dada a dependência sul-coreana do guarda-chuva de segurança americana, seu parlamento relutantemente aprovou uma legislação criando um fundo para financiar esses investimentos. Ainda assim, não bastou: em janeiro, Trump elevou as tarifas sobre os produtos da Coreia do Sul para 25%, depois de acusar o país de não cumprir seus compromissos.

A relutância da Coreia do Sul não foi nenhuma surpresa. Sob o acordo, os EUA controlariam efetivamente a alocação dos fundos sul-coreanos, com o secretário do Comércio, Howard Lutnick, liderando um comitê de investimentos que selecionaria projetos e os apresentaria a Trump para aprovação.

Tampouco os investimentos em si fazem muito sentido do ponto de vista econômico. Se fossem realmente lucrativos, empresas privadas os realizariam por conta própria. Em vez disso, muitos dos setores visados são justamente aqueles em que os custos de produção nos EUA estão muito acima dos de seus concorrentes estrangeiros. A construção naval, um setor no qual a Coreia do Sul é líder mundial, é um exemplo emblemático.

É verdade que a rentabilidade depende de muito mais do que a eficiência produtiva. Impostos, subsídios e outras políticas governamentais também desempenham papel importante. Mas, quando o capital estrangeiro é direcionado para empresas favorecidas politicamente, a fronteira entre a livre iniciativa e o favorecimento industrial patrocinado pelo Estado praticamente desaparece.

A extorsão não para por aí. Depois que o principal e os juros fossem quitados, 90% dos lucros remanescentes passariam a ficar com os EUA, embora o país não tivesse contribuído com nenhum dos recursos investidos inicialmente. Também permanecem sem respostas questões fundamentais como a maneira que esses acordos serão fiscalizados. Quanto dinheiro público acabará sendo canalizado para empresas privadas? Os projetos serão submetidos a alguma análise séria de custo-benefício?

Por qualquer definição razoável, esses arranjos se parecem menos com acordos de investimento do que com pagamentos de tributos - ou, pior ainda, com favorecimento político e distribuição de benefícios a grupos privilegiados. Além disso, está longe de ser claro que a Coreia do Sul, ou qualquer outro país, consiga absorver compromissos dessa magnitude sem sofrer danos econômicos sérios.

A ironia é difícil de ignorar. Trump justificou suas tarifas como uma forma de reduzir os déficits comerciais e em conta corrente dos EUA. No entanto, se esses enormes fluxos de investimento realmente se concretizarem, é provável que fortaleçam o dólar, aumentem as importações líquidas e ampliem justamente os déficits comerciais que seu regime tarifário supostamente pretendia combater.

Pior ainda, a abordagem de Trump transmite uma mensagem inequívoca às empresas americanas e aos governos estrangeiros: os EUA já não aderem aos princípios do livre mercado. Em vez disso, mostram-se cada vez mais dispostos a usar seu poder econômico para extrair recursos de países mais fracos, mantendo sobre eles a ameaça constante de tarifas.

Quando o favorecimento político substitui a concorrência de mercado como princípio organizador do comércio internacional, as distorções resultantes inevitavelmente se propagam

pela economia mundial, produzindo efeitos que vão muito além dos países diretamente envolvidos. (Tradução de Mário Zamarian)

Anne O. Krueger, ex-economista-chefe do Banco Mundial e ex-primeira vice-diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional, é professora sênior de pesquisa em Economia Internacional na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins. Copyright: Project Syndicate. www.project-syndicate.org